

Notícias Sindicais, 10/03/14

Diap, 10/03/14

"Mutirão" arquiva 944 pedidos de registro sindical irregulares

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou, na última semana, o primeiro balanço da força-tarefa criada em maio de 2013 para analisar os mais de 4 mil pedidos de registros sindicais que estavam pendentes no órgão. Dentre as principais ações da Secretaria de Relações do Trabalho, responsável pelo registro sindical, estão a implantação do novo Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), que reestrutura o banco de dados e aumenta a segurança do sistema, além do uso obrigatório da certificação digital para acesso à plataforma.

Por conta do mutirão, houve um aumento de 267% no número de processos distribuídos para análise. De um total de 1300 processos analisados, 944 foram arquivados, o que representa 72,6% dos processos vistos pela Comissão em 2013.

O MTE identificou, ainda, até dezembro do ano passado, um total de 818 registros sindicais irregulares, cujos solicitantes foram notificados a apresentar documentação para regularização das pendências.

Outros 671 registros foram suspensos ou cancelados por inconsistência nos dados. Também foram baixadas sete portarias e ordens de serviço estabelecendo regras mais claras e rígidas para concessão de carta sindical. Houve também uma redução de 38% nos pedidos que aguardavam análise no início de 2013.

Média anual

De um total de 2.035 pedidos ainda em análise pela Comissão, 555 são de registro e 180 para alteração estatutária. Destes, foram deferidos e publicados 249 novos registros sindicais. Ressalta-se que nos últimos nove anos, a média anual foi de 391 deferimentos de novos registros. Os 249 registros concedidos representam apenas 19,1% do total de pedidos analisados pela comissão especial.

O "mutirão" para análise dos pedidos de registro sindical foi uma das primeiras determinações do ministro Manoel Dias, assim que assumiu o cargo em março de 2013. O ministro justificou a decisão alertando para os riscos de o MTE se tornar um cartório de registro de entidades sindicais, desviando-se de sua atividade central que é a elaboração e desenvolvimento de políticas públicas de trabalho, emprego e renda.

Dias determinou ainda a adoção de critérios rigorosos, agilidade na análise dos processos e total transparência em relação aos prazos e procedimentos. Para isso, uma equipe de servidores especializados da Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) e das SRTes foram destacados para analisar os documentos.

Registros ativos

Com base no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) do MTE existem hoje 10.386 sindicatos com registro ativos. Desses, 7.605 são urbanos; e 2.781 são rurais. *(Com Ascom do MTE)*

Portal da CUT

Metalúrgicas lutam por 180 dias de licença-maternidade

07/03/2014

Reivindicação será tema central do 3º Congresso da Mulher Metalúrgica do ABC, em abril, que reforçará a campanha 'Dá licença, queremos 180'

Escrito por:

O 3º Congresso da Mulher Metalúrgica do ABC, que será realizado em abril, terá como tema central o direito à licença-maternidade de 180 dias. Menos de 1% das empresas brasileiras assinou o termo de adesão à campanha "Dá licença, queremos 180", iniciada em 2009, durante o congresso anterior.

De acordo com o artigo 392 da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), a trabalhadora gestante tem 120 dias de licença. Na proposta elaborada pelas sindicalistas, assinada pela Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos (FEM) da CUT de São Paulo, o INSS deve cobrir o salário da trabalhadora por 120 dias, e os dois meses restantes são cobertos pelos empregadores. Como benefício, a empresa tem isenção fiscal.

Segundo Inez Galardinovic, do Sindicato dos Bancários do ABC e coordenadora do Coletivo de Mulheres CUT-ABC, além da compensação fiscal recebida pela licença mais longa, a empresa está investindo na saúde da criança. "Eu entendo isso como um benefício para toda a sociedade."

Fonte - TVT

Portal da CUT

Nota da CUT-RJ sobre a greve dos garis

07/03/2014

Entidade aponta a negociação como saída democrática para o conflito e repudia declarações do prefeito acusando de delinquentes e marginais os trabalhadores

Escrito por: CUT-RJ

A CUT-RJ vê com extrema preocupação o desenrolar da greve dos garis do Rio de Janeiro, que chega ao seu sexto dia sem uma solução que ponha fim ao impasse entre as reivindicações da categoria e a prefeitura do Rio de Janeiro.

Primeiro é importante assinalar que nem a direção do sindicato dos trabalhadores da Comlurb nem o movimento de oposição que está à frente da greve têm quaisquer vínculos com a Central Única dos Trabalhadores.

Contudo, isso não impede a direção da CUT-RJ de se posicionar resolutamente em defesa do direito de greve da categoria e contra as demissões anunciadas pela prefeitura.

A CUT-RJ repudia também declarações do prefeito Eduardo Paes acusando de delinquentes e marginais trabalhadores que cruzam os braços na luta pela conquista de legítimas reivindicações de classe.

Por fim, apontamos a negociação como saída democrática para o conflito, sempre tendo como norte o atendimento das reivindicações dos garis, que travam um bom combate por dias melhores para eles e seus familiares. Quem presta um serviço tão importante e essencial para os cariocas tem de ser ouvido pelo poder público com especial atenção.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2014.

Direção da Central Única dos Trabalhadores no Estado do Rio de Janeiro.

Portal da CTB

Sindicato dos Aeroviários de Alagoas nasce filiado à CTB

A fim de desenvolver uma política de fortalecimento das relações entre trabalhadores e patrões, os trabalhadores aeroviários do Estado de Alagoas, reunidos em assembleia de fundação de entidade sindical, criaram no último mês de dezembro, com apoio maciço da categoria, o Sindicato dos Aeroviários de Alagoas (Sindiaero-AL).

Na prática, a categoria se sentia como uma colônia do RJ, onde é a sede do Sindicato Nacional dos Aeroviários. Sem autonomia para organizar as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras aos ditames de uma entidade nacional governista e omissa frente aos ataques sofridos pelas empresas do setor aéreo, a categoria reagiu, rompeu com essa situação e aponta o caminho das mobilizações por seus direitos e reivindicações.

De acordo com os sindicalistas, são muitas questões sem lutas demandadas como: periculosidade, insalubridade, baixos salários, entre outros. Assédio moral é também uma constante no setor. Tudo isso sem a presença e a mobilização do sindicato nacional, totalmente atrelado aos empresários e o governo. Sem respostas, a categoria em vários estados (não é só em Alagoas) está se rebelando contra este estado de coisas.

A iniciativa teve o apoio da CTB nacional e estadual. "Na criação do sindicato foi dado o pontapé inicial para a organização dos trabalhadores e trabalhadoras, agora o que temos que fazer é arregaçar as mangas e ir à luta para quebrarmos um paradigma muito grande que existe na classe patronal, onde é preciso enxergar o trabalhador como um investimento na empresa e não como gasto. O desafio está posto, a campanha salarial da categoria está em curso. A data-base é dezembro. Em Alagoas os Aeroviários terão todo o apoio da CTB-AL para suas mobilizações", afirma Sinval Costa, presidente da estadual.

"É papel do Sindicato, enquanto entidade sindical, zelar por sua categoria. Vamos criar uma verdadeira simbiose entre os trabalhadores e todos os dirigentes e equipe. A consolidação do Sindiaero-AL passa pelo esforço de todos nós e o objetivo do Sindicato é fortalecer a categoria. A partir desse entendimento vimos que é preciso organizar os trabalhadores para fazermos o enfrentamento nessa luta de classes" afirma o presidente da Entidade, Cristiano Calheiros.

Para o secretário-geral, Carlos Carvalho, pelas contas feitas existem em torno de 500 trabalhadores considerados aeroviários na base do Sindicato. "Essa iniciativa terá como principal tarefa, garantir a proteção e defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras. Evidentemente que sabemos que é muito difícil conduzir os conflitos entre o capital x trabalho, é preciso paciência, ousadia e persistência, estar muito bem preparado e atuar com a força da categoria a fim de disputar conquistas nesse processo", afirmou.

Por Dilson Tenório

Monitor Mercantil, 08/03/14

Mulheres representam 60% dos desempregados

Responsáveis por 50% da mão-de-obra, elas sofrem com a falta de políticas públicas

Embora sejam, em média, metade da força de trabalho em oito regiões metropolitanas do país pesquisadas pelo Dieese, as mulheres brasileiras respondem por 60% do desemprego.

Para romper com esse padrão, que inclui remuneração inferior à dos homens, a coordenadora das Pesquisas Regionais sobre o Mercado de Trabalho para as Mulheres do Dieese, Lucia Garcia, cobra políticas públicas do governo.

“O ano de 2013 foi marcado pelo arrefecimento da oferta de emprego. Mas em Fortaleza, São Paulo e Salvador houve perda de participação das mulheres, enquanto Salvador mostrou estabilidade. Avanços só ocorreram nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Recife. Esses, porém, são insuficientes para qualquer mudança de cenário”, destaca.

A pesquisadora acha difícil oferecer cotas para as mulheres e pondera que o desemprego feminino está ligado à falta de políticas públicas. “A recuperação do mercado de trabalho pós-2003 foi puxada por setores com forte presença masculina, como indústria automobilística, construção civil e alguns serviços especializados. Tais segmentos cresceram a partir das políticas públicas, enquanto aqueles nos quais predomina a presença feminina, como saúde e educação, crescem predominantemente pelo efeito renda”, compara.

“Mais saúde e mais educação favoreceriam as mulheres. Estimular a indústria automobilística não”, resume Lucia, acrescentando que as mulheres deveriam estar preocupadas com a qualidade do crescimento e do desenvolvimento do país.

A economista do Dieese diz ainda que as mulheres mais jovens perceberam que a equiparação salarial com os homens também está ligada ao acúmulo de conhecimento:

“As mulheres estão postergando a entrada no mercado de trabalho para estudarem mais. Tanto que a participação feminina caiu na faixa etária até 24 anos do mercado de trabalho e subiu em todas as outras”, finaliza.

Monitor Mercantil, 08/03/14

Desemprego volta a subir nos EUA em fevereiro: 6,7%

Mesmo com mais vagas taxa sobe, mas Fed deve manter redução do mensalão

Apesar da geração de 175 mil postos de trabalho, o desemprego cresceu nos Estados Unidos em fevereiro, para 6,7%. A taxa anterior era de 6,6%, a menor nos últimos cinco anos. As informações foram divulgadas pelo Departamento do Trabalho norte-americano.

Em janeiro, o país gerara 129 mil empregos. O aumento da geração de postos de trabalho é usado pelo mercado financeiro para especular sobre o ritmo da redução do mensalão que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) destina para a compra de papéis podres dos bancos e títulos do Tesouro norte-americano.

O programa, que chegou a destinar US\$ 85 bilhões por mês para essa finalidade, foi reduzida para US\$ 75 bilhões mensais.

Ao justificar a redução desse subsídio ao mercado financeiro, os diretores do Fed, incluindo a presidente Janet Yellen, têm atribuído, parcialmente, a frágil redução do desemprego no país, confirmado por pesquisas sobre vendas no varejo, produção industrial e construção civil, ao intenso frio que toma os EUA.

Nos próximos dias 18 e 19, o Comitê de Política Monetária (Fomc) do Fed volta a se reunir e a previsão é que volte a reduzir o mensalão para os bancos.

A geração de empregos, em fevereiro, foi maior no setor privado, com mais 162 mil vagas, contra 13 mil no setor público. A indústria registrou o sétimo mês consecutivo de geração de empregos, com mais 6 mil vagas, repetindo a performance de janeiro.

Já a construção civil ofereceu mais 15 mil postos de trabalho mês passado. O setor foi um dos mais atingidos pelo estouro da bolha imobiliária, que deflagrou a crise global, em setembro de 2008, com a quebra do Banco Lehman Brothers.

Organizado por Ernesto Germano